

O USO DO CONTROLE INTERNO NO SEGMENTO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO NO MUNICÍPIO DE BARREIRAS

Erick Samuel Rojas Cajavilca¹
Barto Galeno Bastos Ferreira²

RESUMO

Esta pesquisa foi formulada com o objetivo de analisar se os empresários do segmento de materiais de construção utilizam de controle interno como ferramenta de suporte a gestão, sendo realizada uma pesquisa bibliográfica, onde foi selecionado o referencial teórico de autores renomados para melhor desenvolvimento e abordagem teórica do tema em discussão, e foi realizado, também, um estudo de caso em três empresas do ramo de material de construção. É notória a necessidade de um maior controle dentro das organizações, portanto, os controles internos vêm se aprimorando para promover o trabalho da auditoria interna. Foram entrevistados três empresários do ramo de material de construção da cidade de Barreiras-BA para coleta de informações para a investigação, através das entrevistas foi possível perceber que poucos empresários utilizam das ferramentas do controle interno para gerarem informações operacionais, financeiras e contábeis para fins de apoio a gestão do seu negócio.

Palavras-chave: Controladoria; Material de Construção; Organizações.

1. INTRODUÇÃO

Percebem-se muitas transformações ocorridas no ambiente empresarial, em que os mercados são muitos competitivos, no entanto, as empresas sentem necessidades de se adaptarem à nova realidade econômica e social, com o desígnio de garantirem sua permanência na sociedade atual. A partir disso surgem os controles internos como instrumentos importantes que podem vir a auxiliar a gestão da empresa no alcance de seus objetivos propostos.

Esta investigação tem como objetivo principal abordar a importância do controle interno como ferramenta a ser utilizada pelas empresas, mediante apresentação de todo processo e execução do controle, bem como, sua ligação com a auditoria, a fim de orientar quanto a possíveis erros em uma organização. Essa pesquisa visa também beneficiar os órgãos

¹ Economista, Doutor em energia e ambiente. E-mail: rojas@ufob.edu.br.

² Graduado em Ciências Contábeis. E-mail: barto@prestologistica.com

pesquisados, com o objetivo de favorecê-los a perceberem se o uso das informações contábeis está sendo relevantes no decorrer do trabalho e se estas possuem de fato credibilidade em suas emissões para maiores informações no controle interno nas empresas de materiais de construção.

Assim, a qualidade da informação é a comparabilidade, que interage com a relevância e a confiabilidade para contribuir para a utilidade da informação, portanto, é inegável a importância das informações contábeis para a gestão de qualquer empreendimento empresarial. Dessa forma, esse trabalho visa possuir características e classificações passando por etapas para que o objetivo seja alcançado, ou seja, obter eficácia nos processos com confiabilidade e refletindo em todas as áreas que a mesma está inserida.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A CONTABILIDADE E A CONTRIBUIÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

É notório que a informação pode ser vista como um utensílio para lidar com problemas relacionados à administração de empreendimentos, pois, em campos competitivos, onde os gestores se deparam a todo o momento com a necessidade de tomar decisões, visto que, aqueles que souberem aplicá-la de forma ativa podem alcançar posição destaque diante dos seus concorrentes.

De acordo com Kassai (1997), tão grande quanto a discussão a respeito do papel a ser desempenhado pelas empresas de pequeno porte na economia, isso define a respeito do que venham exatamente a ser pequenas empresas, o que na prática, acaba prevalecendo os critérios de natureza quantitativa, cujas vantagens são: consentir na determinação do porte de empresa, são facilmente coletados, permitem o emprego de medidas de tendência no tempo, possibilitam análises comparativas e são de uso corrente nos setores institucionais tanto públicos, quanto privados.

A fragilidade dessas empresas associada a falta de informações contábil-financeiras em seu processo de decisão faz com que estas tendam a apresentar uma situação de maior risco diante da concorrência, o que remete à necessidade, de um controle mais eficaz que permita decisões mais estruturadas, de modo a conduzir a obtenção de melhores resultados.

Santos (1998) comenta que a estrutura contábil não é eficiente no fornecimento de informações que possibilitem a avaliação do desempenho econômico obtido nem a projeção de resultados futuros. A autora destaca que a contabilidade em sua incapacidade de desempenhar bem essas duas funções, acaba optando pelo o que pode ser criticada sob vários aspectos, mas que sempre estará “objetivamente” suportada em transações efetivamente ocorridas e em documentos comprobatórios.

Dessa forma, o empreendedor passa a dedicar seu tempo à solução de problemas rotineiros e acaba perdendo a visão do negócio, por se dedicar aquela área específica o que compromete a dimensão do planejamento e até mesmo o próprio controle financeiro da empresa.

De acordo com a visão de Pitela, o administrador precisa, no desempenho de suas funções, colher informações que lhe permitam acompanhar o desenvolvimento das atividades e avaliar os resultados decorrentes dessas ações. Assim, é preciso traçar metas e políticas que possibilitem o alcance de seus objetivos, uma vez que quando se estabelece a relação entre a contabilidade e administração pode favorecer ao administrador tais informações necessárias na produtividade de seu trabalho tornando-o menos complicado e burocrático.

Ao se tratar do perfil da contabilidade no contexto atual entende-se que esta gera informações que devem propiciar aos seus usuários um alicerce seguro às decisões, como desenvolvimento, oportunidades e riscos assim, obtendo uma compreensão da evolução e estado em que se encontra a empresa. Portanto, estas informações visam dados ocorridos na empresa, que possam causar impactos ou variações patrimoniais.

Assim, a informação contábil é uma ferramenta para a tomada de decisões, logo, ela não deve ser vista apenas como uma necessidade de cumprimento de obrigações fiscais e determinações legais, mas sim auxiliar os usuários na tomada de decisão, visto que ela deve ser lembrada como poderoso órgão administrativo, capaz de controlar efetivamente todo o patrimônio da empresa, contribuindo em fazer a diferença no mercado, hoje tão concorrido.

2.2 CONTROLE INTERNO

Percebe-se que em empresas de pequeno porte ou no início da vida de uma empresa, é visível que o responsável pela mesma tem todos os controles, envolvendo, financeiro, pessoal, operacional, vendas e outros sob seu comando, visto que a partir do momento em que ela

começa a crescer, ocorre um acúmulo de funções e esse controle acaba não podendo ficar sob a responsabilidade de um só responsável no comando dessas diversas ações.

Nesse contexto, é necessário rever algumas responsabilidades, manter sob controle de uma só pessoa passa a correr o risco de gerar informações não confiáveis, devido ao acúmulo de funções. É neste momento que se começa a distribuir tais controles a alguns funcionários, confiando que estes tenham compromisso e capacitação para tamanha responsabilidade.

De acordo com Almeida (1996), O controle interno representa em uma organização o conjunto de procedimentos, métodos ou rotinas com os objetivos de proteger os ativos, produzir dados contábeis confiáveis e ajudar a administração na condução ordenada dos negócios da empresa.

É notória a necessidade de um maior controle dentro das organizações das empresas, portanto, os controles internos vêm se aprimorando para promover o trabalho da auditoria interna, e por isso, em alguns momentos, pode ocorrer “desordem” no que diz respeito a suas acepções.

Às vezes imagina-se ser o controle interno sinônimo de auditoria interna. É uma ideia totalmente equivocada, pois a auditoria interna é equivalente a um trabalho organizado de revisão e apreciação dos controles internos, normalmente executados por um departamento especializado, ao passo que o controle interno se refere a procedimentos de organização adotados como planos permanentes da empresa. ATTIE (1998, p. 110).

Com base na ideia do autor acima é importante que se consiga esclarecer que existe uma grande diferença entre controle interno e auditoria interna apesar de estarem intensamente relacionados, assim fica claro que as diferenças existem, deve-se também ressaltar a diferença entre os controles contábeis e administrativos.

Os meios de controle incluem também além dos já citados no parágrafo políticas, métodos de organização, controle as formas de organização, instruções, padrões, comitês, planos de metas, orçamentos, relatórios, registros, projetos, inventários, treinamentos, entre outros. O controle interno também deve verificar e assegurar a proteção do patrimônio e a veracidade e fidedignidade das informações contábeis e não contábeis da organização, através da conciliação de documentos e planos de contas.

De acordo com o Manual de Auditoria Interna (2012) É necessário também analisar se as normas e procedimentos estabelecidos estão sendo cumpridos por pessoal qualificado com treinamento para desenvolver suas atividades e devidamente supervisionado pelos

supervisores de cada setor, além de averiguar mediante as situações que surgirem nos departamentos qual o melhor caminho a ser seguido, indicado, indicando aos responsáveis por cada departamento qual é a melhor maneira para efetuar determinada operação, para reduzir custos e atingir o maior grau de eficiência e eficácia dos sistemas operacionais.

Nesse contexto, compreende-se que para a empresa atingir suas metas e políticas estabelecidas e alcançar o desejado grau de eficiência e eficácia dos sistemas operacionais é muito importante que tenha um quadro de funcionários com pessoas treinadas, qualificadas e motivadas para que a eficiência dos sistemas não seja comprometida.

Observa-se que numa de pequeno porte ao iniciar seu empreendimento normalmente o responsável pela mesma tem todos os controles, tais como, financeiro, pessoal, operacional, vendas e outros sob seu domínio, mas no momento em que ela começa a crescer, ocorre um acúmulo de funções, o que poderá comprometer a qualidade das informações e serviços. Nessa fase, há necessidade de se pensar em distribuir tais controles a alguns funcionários, acreditando que estes tenham compromisso e capacitação para tamanha responsabilidade.

Segundo Almeida (1996), o controle interno representa em uma organização o conjunto de procedimentos, métodos ou rotinas com os objetivos de proteger os ativos, produzir dados contábeis confiáveis e ajudar a administração na condução ordenada dos negócios de empresa.

Dessa forma pode-se dizer que controles internos são todos os processos e rotinas, de natureza administrativa ou contábil, destinados a fazer com que os colaboradores respeitem as políticas traçadas pela empresa e que adequadamente registradas, nos registros contábeis e fidedignamente e registradas pelas demonstrações financeiras.

Com a percepção da necessidade de um maior controle dentro das organizações, observa-se o controle interno vem se aprimorando para promover o trabalho da auditoria interna, e por isso, em alguns momentos pode ocorrer “conflito” no que diz respeito a suas aceções.

Com base nessa ideia é de suma importância compreender que existe uma grande diferença entre controle interno e auditoria interna, uma vez que estão intensamente relacionadas. Lembrando que as diferenças existem, deve-se também observar a diferença entre os controles contábeis e administrativos.

2.3 CLASSIFICAÇÃO E PRINCÍPIOS DO CONTROLE INTERNO

Os controles internos são apresentados de diversos tipos, alguns bem completos compreendendo as mais diversificadas áreas, enquanto os sistemas mais usados são bem mais enxutos, abrangendo apenas as áreas contábil e administrativa.

Nesse contexto entende-se por controles contábeis aqueles que compreendem o plano de organização e todos os métodos e procedimentos relacionados diretamente com a salvaguarda dos ativos, e a fidedignidade dos registros financeiros e demonstrações contábeis. Já os controles administrativos compreendem o plano de organização e todos os métodos e procedimentos relacionados basicamente com a “eficiência operacional”, e à “vigilância gerencial”, que só indiretamente interferem nos registros contábeis. (SÁ, 2002; MOTTA, 1992).

Os controles contábeis são compostos geralmente de sistema de autorização e aprovação, segregação de funções, controles físicos e auditoria interna. Por sua vez, os controles administrativos, são compostos por análises estatísticas, controles de qualidade, programas de treinamento, estudos de tempo e movimento, análise das variações entre os valores orçados e os incorridos e relatórios de desempenho. (ALMEIDA, 1996; ATTIE, 1998).

Dessa forma, são necessários definição e esclarecimento quanto ao uso dos controles internos contábeis, isso facilita o uso e a organização do trabalho nas empresas, além de facilitar o uso das informações necessárias nesses espaços listando os princípios e descrições das informações necessárias.

Segundo Almeida (1996), para auxiliar o desempenho, funcionamento e entendimento dos controles internos contábeis, existem os princípios que devem ser bem definidos e esclarecidos para que possam ser seguidos pelos responsáveis e funcionários, assim fica claro a seguir:

PRINCÍPIOS	DESCRIÇÃO
Responsabilidades	Distribuição adequada das responsabilidades através de um plano de organização, definindo e limitando-as, preferencialmente por escrito.

Manuais de Rotinas Internas	Onde devem estar registradas todas as rotinas da organização.
Salvaguarda de Ativos	Deve ocorrer com a limitação de acesso aos ativos pelos funcionários e o estabelecimento de controles físicos.
Segregação de Funções	Estabelece que a pessoa que exerce a função de registro não tenha acesso aos ativos fisicamente, ou seja, exista independência entre as funções. Ninguém deve ter sob sua inteira responsabilidade todas as fases inerentes a uma operação.
Amarrações do Sistema	Ocupa-se em permitir somente o registro de transações autorizadas e com documentação para sua devida comprovação.
Auditoria Interna	Possibilita a identificação de transações realizadas pela empresa, e se elas estão de acordo com as políticas internas determinadas pela administração.
Custo do Controle x Benefício	Afirma que o custo do controle interno não deve ser maior do que os benefícios que se espera obter.
Limitações do Controle	Pode ocorrer por intermédio de conluio entre funcionários, falta de instrução e negligencia.

Quadro 1: Princípios do controle interno

Fonte: Adaptado de Almeida (1996) e Attie (1998).

Vale ressaltar que a efetiva utilização desses princípios e métodos, de pessoal qualificado, garante a eficácia do controle interno, mas segundo Sá (2002), existem profissionais que estabelecem ainda, regras para o cumprimento desses princípios, tais como:

- Regime de autorizações;
- Supervisão dos procedimentos normativos;
- Padrões a serem definidos;
- Registro e relatórios;
- Análise sistemática dos fatos;
- Estatísticas.

Estas regras têm como objetivo auxiliar no desempenho dos controles a partir das organizações de informações precisas, registros e controles dessas informações o que pode possibilitar o alcance de seus objetivos.

É importante preservar os interesses da organização através de criação de métodos e descrições para proteger o patrimônio de forma organizada como mostra o quadro a seguir.

MÉTODOS	DESCRIÇÃO
Sistema de autorização e aprovação	Compreende o controle das atividades e transações através de métodos de aprovação de acordo com as responsabilidades e riscos envolvidos. Na medida do possível, a pessoa que autoriza não deve ser a que aprova, para não expor ao risco os interesses da empresa.
Determinação de funções	Determina para cada funcionário a noção exata de suas funções, incluindo as responsabilidades que compõem o cargo.
Rotação de funcionários	Corresponde ao rodízio dos funcionários em cada trabalho; possibilita reduzir as possibilidades de fraudes e resulta, geralmente, em novas ideias de trabalho para as funções.
Carta de fiança	Determina a responsabilidade da custódia de bens e valores aos funcionários, protegendo a empresa e dissuadindo, psicologicamente, os funcionários em tentação.
Manutenção de contas de controle	Permite a realização de confrontação permanente entre os saldos detalhados e o saldo sintético, e a aplicação de procedimentos de comprovação da exatidão dos registros.
Seguro	Compreende a manutenção de apólice de seguros, a valores adequados de reposição dos bens, valores e riscos a que está sujeita a empresa.
Legislação	Corresponde à atualização permanente sobre a legislação vigente, visando diminuir riscos e não expor a empresa às penalidades legais pela não obediência aos preceitos atuais vigentes.

Diminuição de erros e desperdícios	Indica a detecção de erros e desperdícios na fonte; comumente essas falhas são originadas devido a controles mal definidos ou à falta de controles.
Contagens físicas	Corresponde à realização de contagens físicas de bens e valores, de forma periódica, por intermédio de pessoa independente, visando maximizar o controle físico e resguardar os interesses da empresa.

Quadro 2: Meios utilizados para proteção do patrimônio

Fonte: Adaptado de Attie (1998).

Todo trabalho numa empresa necessita de controle e organização de modo que facilita o trabalho da equipe. Assim, o desígnio do controle interno referente ao estímulo e eficiência operacional determina os meios necessários à condução das tarefas, de forma a obter entendimento, aplicação e ação oportuna e constante por parte de seus funcionários.

Desse modo, as diversas tarefas praticadas pelos mais variados setores de uma empresa necessitam de uma linha mentora de raciocínio e de conduta. Cada um dos segmentos tem suas particularidades e cada indivíduo precisa conhecer bem sua função, pois, se todos executarem suas tarefas com responsabilidade e eficiência a empresa crescerá como um todo.

No Quadro 03, apresenta de forma organizada as principais medidas utilizadas para acomodar o estímulo e ação operacional.

MÉTODOS	DESCRIÇÃO
Seleção	Possibilita a obtenção de pessoal qualificado para exercer com eficiência as funções específicas.
Treinamento	Possibilita a capacitação do pessoal para a atividade proposta; dele resultam melhores rendimentos, menores custos e pessoal atento e ativo à sua função.
Plano de carreira	Determina a política da empresa ao pessoal, quanto às possibilidades de remuneração e promoção, incentivando o entusiasmo e a satisfação dos funcionários.

Relatórios de desempenho	Adequação das atividades/processos com relação às metas. Compreendem a identificação individual de cada funcionário; indicam suas virtudes e deficiências, e sugerem alternativas necessárias ao aperfeiçoamento pessoal e profissional.
Relatório de horas trabalhadas	Possibilita a administração, conhecimento eficiente do tempo despendido pelo pessoal e indica mudanças necessárias ou correção das metas de trabalho.
Tempos e métodos	Possibilitam o acompanhamento mais eficiente de execução das atividades e regulam possíveis ineficiências do pessoal.
Custo padrão	Permite o acompanhamento permanente do custo de produção dos bens e serviços produzidos, identificando benefícios e ineficiências do processo de produção.
Manuais internos	Sugerem clara exposição dos procedimentos internos; possibilitam prática uniforme normatização e eficiência dos atos; e previnem a ocorrência de erros e desperdícios.
Instruções formais	Definição formal das responsabilidades, políticas corporativas, fluxos operacionais, funções e procedimentos. Indicam formalmente as instruções a serem seguidos pelo pessoal, evitando interpretações dúbias e mal entendidos.

Quadro 3: Métodos utilizados para estímulo à eficiência operacional

Fonte: Adaptado de Attie (1998); Ferreira (2002).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste trabalho foi analisar se os empresários do segmento de materiais de construção utilizam de controle interno como ferramenta de suporte a gestão, através de uma pesquisa bibliográfica que mostrou a relevância dos princípios e métodos para a organização possuir um ótimo controle interno e poder utilizar as informações geradas para agregar valor no seu negócio.

Com base na pesquisa realizada foi possível verificar a falta de controle dos proprietários sob seus negócios, tendo em vista que diversas perguntas não foram respondidas por falta de informação dos mesmos. Pode-se observar a falta de controle de estoque, não padronização das rotinas, controle de desempenho, contratação por indicação e não por

qualificação. Por fim ainda foi possível verificar que nem se a empresa dá lucro o empresário sabe.

Em termos gerais podemos dizer que a controladoria tem por finalidade assessorar os gestores na tomada de decisão, através de informações confiáveis e tempestivas. Para isto é preciso utilizar dos métodos e das medidas supracitadas, para fins de geração de informações que apoiarão a decisão dos gestores e mostraram também se o negócio está sendo viável ou não, um melhor controle de estoque, contratação de profissionais qualificados, controle de metas, aperfeiçoamento contínuo, diminuição das horas ociosas dos colaboradores, entre outras rotinas que podem ser estabelecidas para fins de otimizar o resultado da empresa e melhorar o controle interno.

Diante do exposto, é possível concluir que o controle interno não é utilizado pelos empresários entrevistados, tendo em vista a falta de informações para responder algumas perguntas fundamentais para qualquer gestor.

4. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria:** Um curso moderno e completo. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

ANDRADRE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico:** elaboração na graduação. São Paulo: Atlas, 1993.

ATTIE, William. **Auditoria:** conceitos e aplicações. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

BEUREN, I. M. **Gerenciamento da Informação: um recurso estratégico no processo de gestão empresarial.** São Paulo: Atlas 1998.

CREPALDI, Silvio. **Contabilidade gerencial.** Atlas, São Paulo, 1999.

KASSAI, S. **As empresas de pequeno porte e a contabilidade.** Caderno de Estudos Fipecafi, São Paulo, V. 9, n. 15, p. 60-74, jan/jun. 1997.

MARQUES, Wagner Luiz. **Contabilidade Gerencial a necessidade das Empresas. Gráfica e Editora Bacon Ltda.** Cianorte. 2004.